

# GESTÃO DO CONHECIMENTO APLICADA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO BRASIL

## MANAGEMENT OF KNOWLEDGE APPLIED TO CURRICULUMS OF THE TRAINING COURSES OF OFFICIALS OF BRAZIL

BOLSONARO, Luiz Paulo Leite<sup>1</sup>  
VILARINHO, Tatiane Ferreira<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo investigou a composição das malhas curriculares dos cursos de formação de oficiais das Polícias Militares no Brasil. Especificamente, analisou as disciplinas que compõem os currículos de cada academia; mapeou a composição curricular conforme as definições da Matriz da SENASP; e, diante disso analisou como a gestão do conhecimento contribui para a formação do oficial policial militar. Foi realizado levantamento nacional junto às instituições de ensino policial militar, para obter o currículo de cada instituição. A pesquisa foi feita por e-mail institucional, contatos por redes sociais de comunicação e com egressos destas instituições de ensino das Polícias Militares do Brasil. A pesquisa mapeou a composição das malhas curriculares dos cursos de formação, também se pôde conhecer qual a influência da Matriz Curricular Nacional da SENASP nos currículos das instituições de ensino policial militar. Assim, pode-se perceber que as instituições de ensino estão utilizando a gestão do conhecimento na elaboração de suas malhas curriculares, na escolha do corpo docente e na organização de todo o ensino na formação dos novos oficiais da Polícia Militar. Observou-se também uma grande parcela da presença de matérias práticas e jurídicas nos currículos de formação de novos Oficiais da PM. Pode-se concluir também que a maioria das instituições de ensino tem suas malhas curriculares influenciadas pela SENASP.

**Palavra-chave:** Ensino policial militar. Gestão do conhecimento. Currículo de ensino - oficial policial militar – Brasil.

### ABSTRACT

This article investigated the composition of the curricula of training courses for officers of the Military Police in Brazil. Specifically, it analyzed the disciplines that make up the curricula of each academy; mapped the curricular composition according to the definitions of the SENASP Matrix; and, on this, he analyzed how knowledge management contributes to the formation of the military police officer. A national survey was carried out with military police education institutions to obtain the curriculum of each institution. The research was done by institutional e-mail, contacts by social networks of communication and with graduates of these institutions of education of the Military Police of Brazil. The research mapped the composition of

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), luizbolsonaro@hotmail.com: Goiânia – GO, novembro de 2018.

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, tftteen@gmail.com: Goiânia – GO, novembro de 2018.

the curriculum meshes of the training courses, it was also possible to know the influence of the National Curriculum Matrix of the SENASP in the curricula of military police education institutions. Thus, it can be seen that educational institutions are using knowledge management in the elaboration of their curricula, in the choice of faculty and in the organization of all teaching in the training of new officers of the Military Police. There was also a large part of the presence of practical and legal matters in the training curricula for new PM Officials. It can also be concluded that most educational institutions have their curricula influenced by SENASP.

**Keyword:** Military police education. Knowledge management. Teaching curriculum - military police officer - Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) tem a competência para estudar e criar critérios a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), tanto a SENASP quanto o FNSP agora fazem parte do Ministério da Segurança Pública.

A SENASP tem investido esforços, desde 2003, em iniciativas que compõem o Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública. As ações passaram a ser baseadas em diagnósticos e a distribuição de recursos passou a obedecer um sistema de indicadores estatísticos do conhecimento das políticas de segurança.

Diante disso, o gestor de segurança pública precisa se munir de informações, tanto de como está o processo de formação do conhecimento, quanto como estão sendo formados os gestores da área no país. Uma vez que é na formação inicial que o oficial, gestor de polícia ostensiva, fundamenta sua práxis gestora. A busca por recursos é constante no dia a dia do gestor e como na segurança pública, o ensino policial militar, por ser uma atividade meio, nem sempre os recursos estaduais lhes são destinados. Assim, a SENASP se torna uma das principais fontes de recursos para a área do ensino policial militar no Brasil.

Logo, a pergunta desse estudo é como está composta a malha curricular dos cursos de formação de oficiais das Polícias Militares no Brasil? Especificamente, quais são as disciplinas que compõem os currículos de cada academia? Esses currículos estão organizados ou podem ser, conforme as definições da Matriz da SENASP? E, diante disso, como a gestão do conhecimento pode contribuir para a formação do oficial policial militar no Brasil?

Assim, o objetivo é estudar a composição da malha curricular dos cursos de formação de oficiais das Polícias Militares no Brasil. Especificamente, analisar as disciplinas que compõem os currículos de cada academia; mapear a composição curricular conforme as definições da Matriz da SENASP; e, diante disso analisar como a gestão do conhecimento pode contribuir para a formação do oficial policial militar.

Para desenvolver o estudo foi complementado, com os currículos dos cursos de oficiais policiais militares, o banco de dados da formação policial no Brasil. O banco de dados foi tratado com análises quantitativas e para os currículos optou-se por realizar análise de conteúdo.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Dentre as diversas iniciativas para o desenvolvimento do ensino policial no Brasil destaca-se a Matriz Curricular Nacional, idealizada em 2003 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). A Matriz Curricular Nacional, atual Matriz, segundo Brasil (2014) é referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas dos profissionais da área de segurança, independentemente do nível ou da modalidade de ensino ofertada.

A Matriz conforme Brasil (2014) é pautada por três grandes grupos de princípios, os princípios éticos (salienta a relação entre as ações formativas e os direitos humanos), educacionais (são linhas gerais que norteiam as ações formativas) e os didáticos-pedagógicos (fundamentam as atividades referentes ao planejamento, execução e avaliação).

Conforme ensina Karpinski (2013), a malha curricular criada pela SENASP tem como meta a garantia da padronização de pensamento e atuação dos profissionais de Segurança Pública, mantendo um eixo comum de matérias, as quais são organizadas por áreas temáticas e conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, dando maleabilidade e ajuste aos cursos, inclusive observando as peculiaridades de cada instituição.

Percebe-se que a Matriz se propõe a nortear o currículo para a formação em Segurança no país. E, para entender melhor o currículo se faz necessário ater a referências de autores que discutem as tendências e teorias curriculares como Moreira (2012), Moreira e Silva (2011), Silva (2011), Pacheco (2005, 2001), Lopes e

Macedo (2011), Peres (2015), Tonet (2012) e os expoentes Apple e Giroux, Habermas, Aronowitz, teóricos da Escola de Frankfurt e também Paulo Freire, entre diversos outros. No entanto, neste texto não serão discutidos todos esses autores.

O significado do currículo para Apple (2006, p. 183) é como uma área do conhecimento cuja função essencial é ser crítica, portanto emancipatória, tendo em vista que “o ato da crítica contribui para a emancipação”. Neste mesmo sentido, Giroux (1986), ao conectar escolarização e emancipação, destaca o caráter emancipador, sua capacidade de munir os alunos com conhecimentos e habilidades imprescindíveis para aumentar a auto compreensão crítica e do que significa uma sociedade democrática. O currículo, afirma Giroux (1997), tem como propósito gerar capacidades de emancipação, apresentando-se como fundamental nesse processo.

Porém, para Peres (2015) a articulação entre currículo e emancipação, consiste em uma estratégia abstrata e, por sua vez, incongruente, em termos políticos e pedagógicos para a produção da emancipação humana. Segundo a autora, mesmo que o currículo educacional seja resultado das relações sociais e formulado por educadores, gestores e a comunidade escolar expressando os seus interesses, as suas finalidades, jamais deixam de estar presentes nas orientações do currículo as dimensões da política educacional do estado e o sistema jurídico que, de forma explícita ou implícita, articulam-se aos interesses da esfera econômica.

E, especialmente, o ensino policial no Brasil precisa contribuir para profissionais “emancipados”. Pois, segundo o Atlas da Violência (IPEA e FBSP, 2018), o país sofreu mais de 62 mil homicídios por ano, equivalendo a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Além das organizações criminosas, que são cada vez mais fortes e operantes e demais problemas crônicos relacionados à segurança pública.

Problemas esses que atingem toda a sociedade, inclusive o policial, seja dentro ou fora do ambiente de trabalho. Isso faz com que o gestor tenha que desenvolver mecanismos para que o policial possa trabalhar em prol da sociedade e também na proteção da própria vida. Os problemas da violência e da criminalidade são complexos e segundo Bengochea (2004) a polícia passa a ser demandada para garantir não mais uma ordem pública determinada, mas sim os direitos, exigindo uma atuação mediadora dos conflitos e interesses difusos.

Deste modo, o ensino policial requer atenção, pois a diversidade de problemas a serem geridos por este profissional o torna essencial sua formação. O

operador de segurança pública e em especial o policial militar tem sido alvo de estudos e pesquisas.

Dentre as pesquisas sobre os cursos de formação profissional de policiais civis e militares, Poncioni (2007), revela tendências semelhantes na sua formação. Para a autora, dentre essas semelhanças está a concepção dominante que tem como preocupação principal moldar o policial para um comportamento legalista, numa versão burocrático-militar, com forte relevo ao “combate ao crime”. Segundo Poncioni (2007) na formação policial, milita ou civil, a quase total ausência de preparo na área da atividade preventiva, com enfoque na negociação de conflitos, no relacionamento direto com o cidadão e de outras demandas e interesses da população que não se encontram limitadas ao cumprimento da lei, mas se relacionam com a manutenção da ordem pública, (PONCIONI, 2007, p. 25).

Em especial, Poncioni (2005), que discute os programas que envolvem o ensino policial militar fornecido nas academias. Para a autora o ensino profissional basicamente abarca a cessão de princípios, persuasões e conjecturas no que pese esta área específica, e que é exposta, sobretudo nas diretrizes de teorias e técnicas dos currículos oferecidos para a socialização do novo policial militar.

E ainda, aa visão do Rudnicki (2007), o ensino policial ora realizado nas academias de todo o país em um modelo tradicional, coexiste com poucos avanços mesmo com a promulgação da Constituição de 1988.

Porém, de acordo com Santos (2017) as experiências de inovação no ensino policial têm sido para construir coletivamente conhecimentos, a partir de conexões da teoria com a prática, da reflexão ativa e reflexiva e do desenvolvimento de hábitos, comportamentos e responsabilidades éticas referenciados aos direitos humanos.

Agora, conforme explica Sá (2002), o ensino policial militar carece a de uma dupla exigência, sendo preciso uma boa conduta, que ocorre em decorrência do enquadramento disciplinar, e pela ampliação de uma identidade social do aluno policial, deste modo estes alunos aprenderiam a se reconhecer como membros de um conjunto.

Vale lembrar que o ensino policial militar não pauta em apenas tratar matérias relacionadas à população em geral, afora dessas disciplinas, são abarcados conteúdos do militarismo pautado nos preceitos de condutas a que devem ser seguido por alunos policiais, que terão seus comportamentos diferenciados em relação aos demais cidadãos em geral.

Aliás, Souza (2002) complementa ao afirmar que ensino policial militar, teve como origem a própria precisão de a instituição criadora adquirir técnicas, estratégias, doutrinas, concepções filosóficas, atributos das organizações policiais militares.

Visto que o ensino policial militar é diferente quando se refere do ensino militar, esse segundo diz respeito a formação nas forças armadas. Souza (2002) diz que o objetivo principal do ensino policial militar consiste na manutenção da paz e da soberania da nação, sendo a formação realizada com base a um currículo que destaca disciplinas pautadas ao conflito armado convencional propriamente dito. O autor frisa que o ensino policial militar ficaria provido nas academias de polícia, com a finalidade de preparar o educando policial militar para a ascensão da segurança social em qualquer ocorrência exposta. (SOUZA, 2002).

Outro fator a ser analisado é apresentado por Lima (2002), pois, segundo o autor, quando se questiona o desempenho dos policiais é comum relacionar o mau desempenho com despreparo, e atribuir o despreparo à má formação. Para o autor a maioria dos erros dos policiais não tem relação só com má formação, tem também com à tomada de decisões com base em valores, cultura e ideologia diferentes de quem assiste ou participa de episódios relacionados a conflitos. Conforme Lima (2002) mesmo que haja uma unidade de comando sobre o desempenho do policial em grupo, quando estão sós, diante de uma realidade conflituosa, têm autonomia de decisões que nem sempre reproduzem o aprendizado do treinamento.

Assim, torna-se necessário um posicionamento de que não se pode pensar em nova gestão de polícia sem, entretanto, se pensar na qualificação e especialização do policial. Diante de tais complexidades do assunto, na segurança pública, Silva (2011), surge a necessidade de debates para que se possa existir novos atores, novos cenários ao que se refere às políticas públicas nessa esfera. Devendo então existir ações integradas diante dos vários atores, para poder então compartilhar tais informações adquiridas e gerenciando o conhecimento.

Em 2013 o Ministério da Justiça do Brasil realizou uma pesquisa, que mapeou os moldes de ensino policial e de segurança pública com objetivo de avaliar a educação policial. Conforme Brasil (2013) a pesquisa mostrou que nos variados países a carreira policial é uma, a progressão dos policiais se dá mediante cursos de ensino estável, já referente aos cargos de gestão acontecem, comumente, em cursos de gestão policial com curta duração.

De acordo com o mapeamento, Brasil (2013), na União Europeia, há em torno de setenta escolas e academias de polícia que ajustam a formação básica ao policial, e que, os prazos dos programas giram em torno de quatro meses a dois anos. Essa variação advém conforme o nível de estudo, sendo que quanto mais inicial é carreira menor é a duração, e quanto maior duração se reserva cursos de estágios superiores de carreira una. E ainda, para Brasil (2013), o policial que detém de maior nível escolar será estimado como melhor policial, para isso há de ter na estrutura curricular inovações científicas e tecnológicas sobrepostas ao trabalho policial.

Diante disto, vislumbra-se que o ensino policial de qualidade não consiste em um privilégio para as corporações, e sim, uma necessidade para melhoria das pretensões da sociedade, por conseguinte imprescindível ao ensino nas escolas de formação de oficial da Polícia Militar.

Conforme explica Sá (2002) as pessoas que são recrutadas e escolhidas para o curso de formação de oficiais precisam alcançar algumas condições básicas no ano primário de curso, a exemplo de estudarem e anuírem às normas e valores do oficialato. Para Sá (2002) o processo pedagógico do Curso de Formação de Oficiais (CFO) se divide em dois grupos gerais: ensino fundamental e ensino profissional, sendo o primeiro aquele que abarca matérias de língua portuguesa, sociologia, administração, direito, ética, e outras disciplinas. Agora o segundo possui uma divisão entre ensino policial militar e ensino militar, abrangendo matérias como: educação física militar, ordem unida, instrução geral dentre outras, sendo nessa fase de ensino que o aluno vai ampliar sua base de informações e atitudes para o exercício das atividades de polícia, (SÁ, 2022).

De acordo com Basílio (2007) a independência, no que tange o ensino militar consiste em uma autonomia dos estados da Federação, quando se fala em segurança pública, ficando a cargo dos membros federativos os programas de formação dos policiais.

Assim, poderá advir certa desigualdade ao que se refere à formação do futuro oficial policial militar, visto cada ente possuir uma cultura própria, a depender de sua realidade social, da sua região entre outras distinções.

Na visão de Dias (2002) os cursos de formação de oficiais que até o presente apenas tinham caráter tão-só de especialização, por se utilizar de técnicas operacionais e serem ligados a atividades policiais específicas, não perderam sua

identificação com o progresso da sociedade mantendo sua propriedade principal de formação unidimensional.

Segundo Lopes (2017), a formação dos futuros oficiais do Estado de Minas Gerais foi modificada observando inovações de ensino, o ensino livre, e no primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais os alunos começam por apresentarem disciplinas de pós-graduação, e que a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) escolheu por aumentar o seu quadro de gestores, sendo agora o CFO uma pós-graduação *lato sensu* e diante desta titulação promoverá o desenvolvimento da cultura organizacional da PMMG.

Já ao que envolve a composição das academias para o apoio aos alunos, Rudnick (2007), diz que há estruturas e condições que excedem algumas universidades, com destaque em São Paulo, contudo esclarece que essas academias oferecem com excelência em educação física e não em direito ou administração, e que não existem atividades de extensão, de pesquisa ou de iniciação científica.

Conforme Sales e Vilarinho (2018) as Polícias Militares no Brasil, estão cada vez mais buscando oficiais com graduação, são poucos estados que ainda mantem o Ensino Médio como requisito de ingresso. Os autores afirmam que 76% das Academias tem como escolaridade de ingresso exigido, o nível de graduação. Nos estados os quais não se exige a graduação, afirma Sales e Vilarinho (2018), o tempo para a formação é de 3 a 4 anos. A preocupação com a melhoria da instituição e do policial está crescente.

E, conforme Cavalanti e Gomes (2001), o desemprego entre as pessoas que têm o ensino médio é de 10,5% caindo para 3,8% entre aqueles com educação universitária. Além disso, mais de 50% do PIB dos países desenvolvidos se deve ao uso do conhecimento. Esses números são apresentados pelos autores quando citam o relatório de 1998, da organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD. Diante disso, percebe-se que existe uma busca pela competência que leva as organizações cada vez mais a tratar o conhecimento como um diferencial na organização e não está na quantidade de conhecimento que ela produz, mas sim na eficácia em que o processo de gestão do conhecimento ocorre.

A gestão do conhecimento vem ganhando destaque na administração pública, para Silva (2011) especialmente dos órgãos de segurança pública. O setor público vem buscando saber o significado da gestão do conhecimento e descobrindo formas de gestão e garantindo impactos eficientes no desempenho das

organizações. A gestão do conhecimento pode oferecer ferramentas para que os atores sociais, envolvidos no processo de desenvolvimento possam realizar essa tarefa. Então, gerenciar o conhecimento tornou-se uma nova responsabilidade da administração pública para que ela possa aumentar a efetividade dos serviços públicos e melhorar a sociedade a qual ela serve (WIIG, 2000).

A gestão do conhecimento tem como pioneiros Nonaka e Takeuchi (1997). Estes autores afirmam que, o processo de construção do conhecimento diz respeito a crenças e compromissos e está relacionado à ação, à atitude e a uma intenção específica. Segundo os autores o “conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre conhecimento tácito e o conhecimento explícito” (Nonaka e Takeuchi, 1997, p.67). Essa interação, afirmam os dois, acontece mediante quatro processos de conhecimento: socialização (conhecimento compartilhado), externalização (conhecimento conceitual), combinação (conhecimento sistêmico) e internalização (conhecimento operacional). A referida interação pode ser visualizada na figura a seguir:

Ilustração 4 – Figura da Interação do processo de conhecimento:



Fonte: (Nonaka e Takeuchi, 1997).

A figura remete a um espiral da conversão do conhecimento num primeiro quadrante é compartilhado, por meio da socialização e se dá pela experiência, observação, imitação e prática. No segundo quadrante, é externalização que é conceitual e dá por meio de metáforas, analogias, símbolos, slogans de modelo de escrita. No terceiro quadrante é a combinação, que é sistêmica, e se dá por meio da troca e combinação de conhecimento das pessoas via documentos, reuniões, conversas por telefone, redes sociais de comunicação. No quarto quadrante, a internalização, que é operacional, se dá por meio do “aprender fazendo” da aplicação do conhecimento formal no trabalho.

Diante do discutido torna-se importante a adequação à gestão do conhecimento, mesmo nas instituições de ensino policial, em especial a militar, pois,

haja vista que já está evidenciado que o setor público deve buscar novas formas de impactos eficientes no desempenho das organizações, neste caso o aprimoramento na formação do oficial policial militar.

E, é com esse intuito que o presente estudo foi desenvolvido. Ao buscar na gestão do conhecimento formas para melhorar o desempenho da atividade de gestão de polícia ostensiva uma vez que o objeto pesquisado são os currículos de formação do oficial policial militar em todo país.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este artigo investigou como é composta a malha curricular dos cursos de formação de oficiais das Polícias Militares no Brasil. Especificamente, analisar as disciplinas que compõem os currículos de cada academia; mapear a composição curricular conforme as definições da Matriz da SENASP; e, diante disso analisar como a gestão do conhecimento pode contribuir para a formação do oficial policial militar.

Para atingir estes objetivos, a pesquisa buscou dados das malhas curriculares das academias de Polícia Militar em todos países. Complementando um banco de dados já existente sobre o assunto, composto no primeiro semestre desse ano na Academia da Polícia Militar de Goiás, por Sales e Vilarinho (2018). Para os dados, ainda não analisados, desse banco optou-se por estudá-los quantitativamente, com ferramentas estatísticas e o uso do Excel.

A complementação do referido banco de dados foi desenvolvida a partir de contatos, por meio de ligações telefônicas, redes sociais de comunicação e e-mail, com as academias de todo o país, com oficiais policiais militares e também com alunos oficiais no intuito complementar o banco com todos os currículos de formação de oficiais policiais militares de todo país.

Com todos os currículos adquiridos, passou-se às leituras gerais de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma ainda, não estruturada, aspectos importantes para as próximas fases da análise. Nessa primeira leitura tomou-se contato com os documentos recebidos se pode conhecer o contexto e obter as primeiras impressões. De acordo com Campos (2004) essas leituras iniciais permitem ao pesquisador transcender a mensagem explícita e já conseguir visualizar mesmo que primariamente, pistas e indícios não óbvios.

Num segundo momento passou-se para a seleção das unidades de análise. As unidades de análise temáticas, recortes do texto dos currículos, neste momento é difícil delinear com absoluta transparência, conforme Campos (2004) os motivos da escolha deste ou daquele fragmento, sem levar em consideração que a relação que se processa entre o pesquisador e o material pesquisado é de intensa interdependência. Para tal foram utilizados os objetivos da pesquisa e a revisão de literatura como primeiros norteadores.

E, num terceiro momento foi definida a categorização, ou seja, a classificação de elementos constitutivos dos currículos por diferenciação. As categorias utilizadas foram, segundo Campos (2004), apriorísticas, uma vez que de antemão o pesquisador já possui, segundo, experiência prévia ou interesses, categorias pré-definidas. Neste estudo, as categorias foram definidas conforme a Matriz da SENASP, ou seja, em oito áreas temáticas. Tal categorização gerou certa comodidade, no entanto, para Campos (2004) muitas vezes, partir de categorias pré-definidas pode limitar a abrangência de novos conteúdos importantes que por algum motivo não se “encaixem” nessas categorias prévias, promovendo um certo “engessamento” das categorias temáticas.

Segundo Brasil (2014) a área temática é um conjunto de matérias imprescindíveis para a construção de um profissional de segurança pública e para sua qualificação para o exercício da função. São elas:

a) sistemas, instituições e gestão integrada em Segurança Pública – o entendimento da inserção do oficial policial militar no sistema e para a análise histórica e crítica das questões relativas às políticas públicas de segurança e ao conceito de Segurança Pública. São exemplos: Gestão de Qualidade e Gestão Logística.

b) violências, crime e controle social - tal área temática traz um conhecimento crítico sobre os acontecimentos da violência e do crime. São exemplos: Planejamento Operacional e Medicina Legal.

c) conhecimentos jurídicos – diz respeito ao ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e leis, em especial às legislações pertinentes às atividades milicianas. São exemplos: Direito Penal Militar e Direitos Humanos.

d) modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos - esta área temática pretende propiciar o controle do conhecimento e das modalidades cruciais para atuar em situações de conflitos. São Exemplos: Análise e Prevenção de Conflitos e Gerenciamento de Crises.

e) valorização profissional e saúde do trabalhador – trata a cultura de bem-estar e visa valorizar o participante para que este tenha uma imagem positiva sobre si. São exemplos: Educação Física Militar e Saúde e Segurança no Trabalho

f) comunicação, informação e tecnologias em Segurança Pública - esta área temática é composta de conteúdos relativos à técnica de comunicação, verbal e não-verbal. São Exemplos: Oratória e Análise Criminal

g) cotidiano e prática policial reflexiva - tal área temática pretende qualificar o futuro oficial da Polícia Militar para conhecer a teoria e a prática do cotidiano policial militar. São Exemplos: Ordem Unida e Ética Profissional.

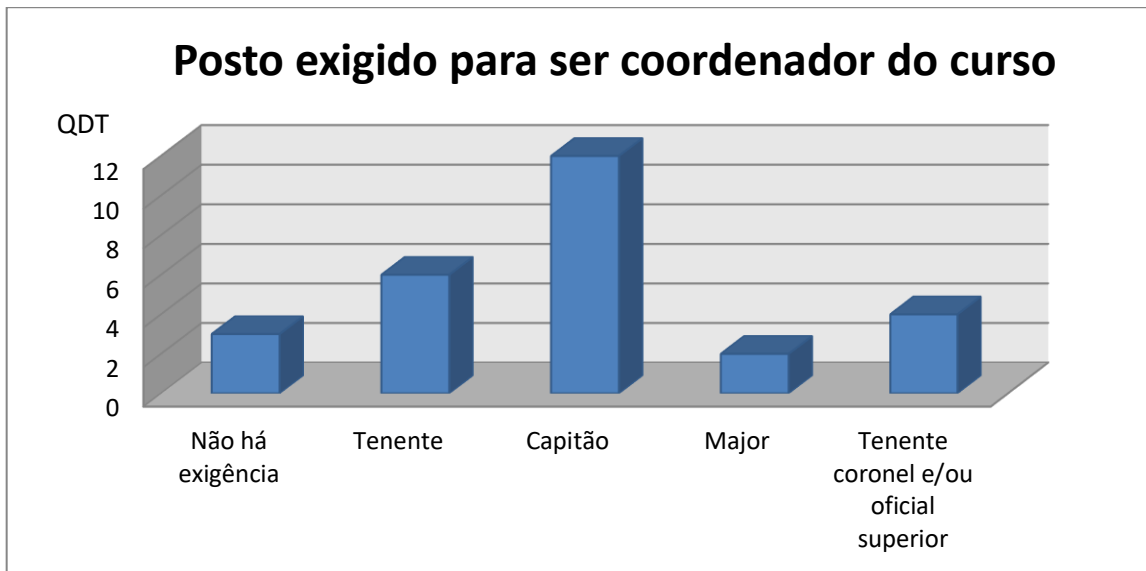
h) funções, técnicas e procedimentos em Segurança Pública – são os aspectos técnicos e de procedimentos em relação ao exercício das funções. São Exemplos: Patrulhamento Tático e Polícia Comunitária.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dos 26 Estados mais o Distrito Federal, obteve-se o retorno de todos. Os dados dos Estados do Amapá (Curso de Formação de Oficiais submetido ao Estado do Rio Grande do Norte, à época), Sergipe e Mato Grosso do Sul (Processo de alteração da malha curricular) não foram considerados.

No Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, existe um banco dados construído por Sales e Vilarinho (2018). Neste arquivo existem dados dos cursos de formação de oficiais, ainda não estudados e que complementa a presente pesquisa, como: o posto exigido para ser coordenador do curso; se um currículo pré-determinado para a formação inicial do CFO; se o currículo para o CFO segue a matriz curricular nacional da SENASP; se a instituição possui perfil profissiográfico previsto para praças e oficiais; a última atualização do currículo CFO; como aconteceu a atualização do currículo, se partir de grupos de discussão entre professores e gestores do CFO e da instituição; quem participa da formação da matriz curricular; se há atualização periódica na matriz curricular do CFO; os critérios de atribuição de disciplina por professores; como é composto o corpo docente e se esses docentes são militares e de que quadro.

Ilustração 2 – Gráfico posto exigido para coordenador do CFO no Brasil

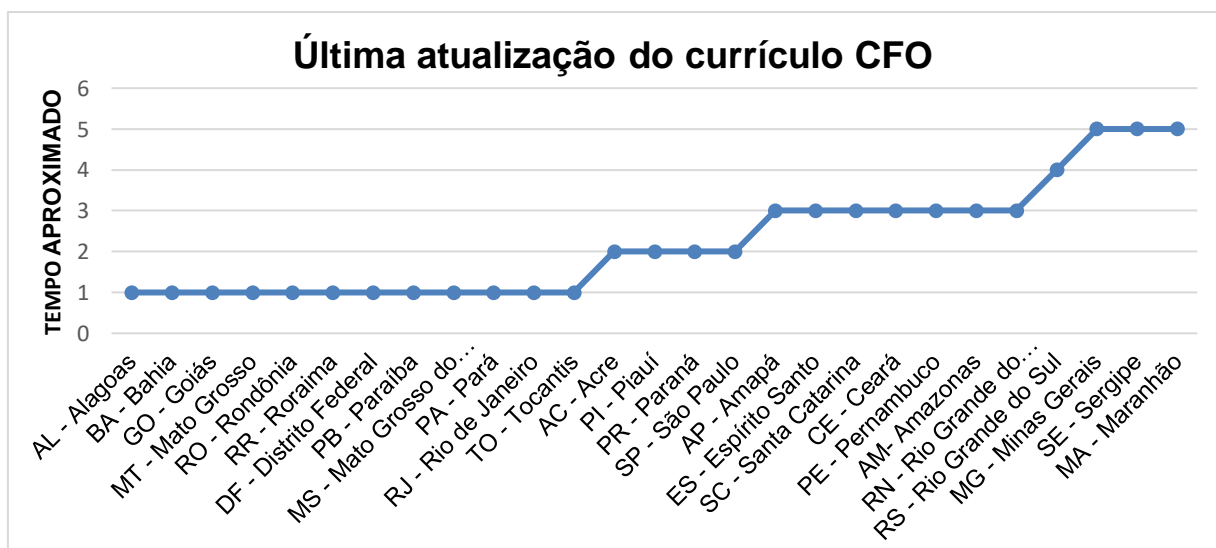


Fonte: (Sales e Vilarinho, 2018).

Interessante demonstrar a predominância da exigência de capitães na coordenação dos cursos de formação, sendo seguido por tenentes.

Ao responder se há um currículo pré-determinado para a formação inicial do CFO, somente os Estados de Mato Grosso do Sul e Sergipe não têm; não seguem no CFO, a Matriz da SENASP, somente São Paulo, Minas Gerais e Sergipe; e não possuem perfil profissiográfico as polícias militares dos Estados de Mato Grosso do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, as demais instituições de formação do oficial policial militar informaram que possuem o referido perfil.

Ilustração 3 – Gráfico tempo, em anos, da última atualização do currículo



Fonte: (Sales e Vilarinho, 2018).

É importante expor que a atualização das malhas curriculares está cada vez mais frequentes nas instituições de ensino das Polícias Militares, exemplificando

o que foi dito, nota-se que doze instituições de formação de oficiais atualizaram seu currículo até um ano atrás, o que demonstra o anseio das instituições em deixar seus novos oficiais atualizados com as novas demandas que a sociedade impõe. Outro fato interessante é de que apenas três Estados (Maranhão, Sergipe e Minas Gerais), fizeram sua última atualização há pelo menos 5 anos atrás.

Mesmo tendo informado que a atualização curricular foi feita em média de um ano os respondentes das escolas de formação de oficiais dos estados de Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins acreditam que há, no estado, atualização periódica na matriz curricular do CFO. Corroboram com a resposta dos estados que têm mais tempo sem atualiza como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão e Acre

A atualização do currículo, não aconteceu a partir de grupos de discussão entre professores e gestores do CFO e da instituição, somente nas escolas de formação do Pará e Mato Grosso do Sul, segundo os respondentes. Apesar dos professores participarem da discussão, no momento da formalização do currículo as polícias militares dos estados do Tocantins e Rondônia, informaram que eles, os professores não participam. Além dos dois estados o Pará além de informar que o professor não participada discussão também não participa da formalização. Uma resposta interessante foi de Mato Grosso do Sul que apesar de responder que o professor não participa das discussões o respondente afirmou que esses profissionais participam da formalização.

Ilustração 4 – Quadro com os critérios de atribuição de disciplina por professores

Critérios de atribuição de disciplina por professores					
Edital de credenciamento de docente	Indicação	Área de titulação/ Expertise	Tempo que ministra aula	Carreira de origem	Estado referente a PM respondente
					Santa Catarina Distrito Federal
					Bahia Pernambuco São Paulo
					Rio Grande do Sul Pará
					Paraná Amazonas Minas Gerais
					Paraíba Rio Grande do Norte
					Espírito Santo Goiás
					Mato Grosso do Sul Maranhão, Acre

					Tocantins, Amapá Rondônia, Roraima Piauí, Ceará Rio de Janeiro
					Alagoas Mato Grosso
					Sergipe

Fonte: (Sales e Vilarinho, 2018).

Os critérios de atribuição de disciplinas por professor, na maioria dos estados são conforme a área de titulação/expertise do professor. Esse modo de atribuição visa que uma melhor qualidade na formação de oficiais.

Outro fato interessante é de que alguns estados ainda utilizam como critério de atribuição a indicação, como é o caso dos Estados de Santa Catarina, Distrito Federal, Pará, Rio Grande do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte, porém por mais que estes Estados utilizem tal critério, estes não empregam somente este tipo de critério para a atribuição.

Ilustração 5 – Quadro com a composição do corpo docente e se esses docentes são militares e de que quadro

Composição do corpo docente						
Oficiais QOPM	Oficiais QOAPM	Oficiais QOBM	Oficiais QOSPM	Praças	Civis	Estado
						Minas Gerais Alagoas, Bahia Maranhão Pernambuco Rio de Janeiro Rondônia, São Paulo Tocantins
						Amapá, Ceará Mato Grosso do Sul Pará, Paraíba Piauí, Roraima Rio Grande do Sul Santa Catarina
						Rio Grande do Norte
						Mato Grosso Paraná
						Espírito Santo Amazonas Goiás
						Acre Distrito Federal
						Sergipe

Fonte: (Sales e Vilarinho, 2018).

A respeito dos dados obtidos, pode-se observar que a composição do corpo docente dos estados em sua maioria conta com uma grande presença de militares (PM's e Bombeiros Militares) como instrutores. Isto se explica pelo fato das

instituições militares ainda guardarem certo fechamento para a influência do mundo civil na formação dos Oficiais.

Observa que a todos os estados tem em seu corpo docente Oficiais QOPM. Mais da metade dos estados, ainda não tem a presença de praças no corpo docente. Outro dado interessante é que há estados que já estão abrindo suas portas para a presença de docentes civis na formação do seu oficial. Como o estado de Goiás, Amazonas e Espírito Santo, têm em seu corpo docente militares da PM (QOPM, QOAPM e QOSPM), militares do Bombeiro Militar, praças e civis.

Os estados que exigem o a graduação como condição e ingresso, tem uma maior rapidez na formação do oficial, na maioria das vezes tem uma diminuição no custo da formação (tendo em vista a diminuição do tempo de formação) e conforme expõe a SENASP (BRASIL, 2013) um policial militar de melhor qualidade, tendo por base a sua escolaridade exigida.

Deve-se ressaltar que a matriz curricular nacional da SENASP apenas norteia a elaboração do currículo. Sobre isso, conforme ensina Basílio (2007) as instituições de formação de oficiais possuem autonomia na elaboração do currículo de formação.

Sendo assim, apesar da Matriz Curricular Nacional dar uma direção na elaboração do currículo de formação. Os estados detém autonomia na elaboração do currículo e em decorrência desta a manutenção das peculiaridades regionais de cada Instituição formadora.

As disciplinas de cada currículo formação foram classificadas conforme as oito áreas temáticas da SENASP. E, a partir disso, pode-se mapear as disciplinas nos cursos de formação pelo Brasil e inferir, o quadro dos 23 estados analisados mais o Distrito Federal:

Área Temática	Quantidade de Matérias	%
Sistemas, instituições e gestão integrada em Segurança Pública	205	10,7%
Violências, crime e controle social	183	9,5%
Conhecimentos jurídicos	384	20,0%
Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos	72	3,7%
Valorização profissional e saúde do trabalhador	176	9,1%
Comunicação, informação e tecnologias em Segurança Pública	257	13,4%
Cotidiano e prática policial reflexiva	135	7,0%
Funções, técnicas e procedimentos em Segurança Pública	512	26,6%
<b>Total de Matérias Analisadas</b>	<b>1924</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: (O Autor, 2018).

Como se pode perceber, a maior parte das disciplinas analisadas (26,6%) foram classificadas dentro da área temática VIII (Funções, técnicas e procedimentos em Segurança Pública). Esta área diz respeito aos aspectos técnicos e de procedimentos em relação ao exercício das funções, e ela faz a ligação com as outras áreas temáticas (BRASIL, 2013).

Tal fato pode-se explicar com a preocupação das instituições de ensino de formar o futuro oficial preparado para as atividades de cunho operacional e administrativo, bem como na fixação de todo o conteúdo teórico ou prático já ministrado aos discentes. O estado com maior número de disciplinas classificadas nessa área foi São Paulo com 31 disciplinas e o com menos matérias foi Alagoas com 13 disciplinas.

Outro dado que chama atenção e pode ser explicado é o fato da segunda área temática com maior número de disciplinas. Neste caso é a área temática III (Conhecimentos Jurídicos). Esta área tem por objetivo preparar o futuro oficial para as situações diversas que envolvam situações de direito.

Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de que grande parte dos cursos de formação não exigir especificamente o ingresso ao quadro de oficiais a formação superior em direito. Foi notado que os estados que faziam tal exigência diminuíram a quantidade de disciplinas nesta área. O estado que mais tem disciplina dentro desta área temática foi novamente São Paulo 41 disciplinas (Ensino Médio como requisito para ingresso).

Sob esta perspectiva, pode-se observar que as instituições de ensino veem exigindo uma maior escolaridade como requisito de ingresso Ensino Superior (SALES e VILARINHO, 2018), em decorrência disso veem diminuindo o tempo de

formação do futuro oficial da Polícia Militar, visando a contenção de gastos na formação, maior rapidez na formação e uma maior qualificação dos futuros oficiais.

O estado que apresenta a menor grade curricular é o Estado de Rondônia com 52 disciplinas analisadas e classificadas, o estado com o maior número de matérias é o Estado de São Paulo, com 131 matérias analisadas e classificadas. Relevante demonstrar também que o Estado de São Paulo é um dos estados que não seguem a matriz curricular da SENASP (SALES e VILARINHO, 2018).

Importante frisar ainda que o Estado de Goiás é o único estado da Federação que forma seus oficiais com o título de pós-graduado (SALES e VILARINHO, 2018). Fazendo um paralelo com essa informação, é de valia demonstrar que além de Goiás formar futuros oficiais pós-graduados, o mesmo consegue manter uma malha curricular relativamente enxuta comparada com os demais estados da Federação que não oferecem a formação com este título.

Também utilizando tal pesquisa, é interessante expor que as malhas curriculares dos cursos de formação apesar de seguirem um padrão geral proposto pela SENASP, há uma enorme diversificação de disciplinas, algumas disciplinas são peculiares a alguns cursos de formação, como por exemplo: O CFO do Paraná que oferece como matéria complementar a disciplina de coral (carga horária total de 30 horas).

Já em relação a influência da SENASP na formação dos novos oficiais das policiais militares, nota-se que a Matriz Curricular Nacional influencia quase 90% das Malhas Curriculares dos CFO's do Brasil (SALES e VILARINHO, 2018).

Foi possível verificar ainda que, as instituições preocupam-se com as disciplinas voltadas para as atividades ostensivas e administrativas na rotina policial-militar. Pelo fato de muitas academias não exigirem, como forma de ingresso, a formação superior na área de direito, tem-se uma preocupação com a formação jurídica o que pode gerar aumento no custo e dilatação no tempo de formação do oficial, comparado aos estados que tem esse pré-requisito de entrada.

Por meio da análise dos currículos analisados se pode inferir que há gestão do conhecimento na formação dos oficiais das Polícias Militares no país, conforme o conceito definido Nonaka e Takeuchi (1997). Pois, é perceptível a construção do conhecimento, com uso de crenças e compromissos relacionados à ação, à atitude e a uma intenção específica. Segundo os autores o “conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre conhecimento tácito e o conhecimento explícito” (Nonaka e Takeuchi, 1997, p. 67). Na ilustração se tenta

demonstrar como a gestão do conhecimento acontece na formação dos oficiais policiais militares no Brasil:

Ilustração 7 – Quadro do conhecimento desenvolvido no CFO



Fonte: (O autor adaptado de Nonaka e Takeuchi, 1997, p. 67)

Percebe-se que há disciplinas que desenvolvem a experiência, observação, imitação e prática; outras são conceituais e desenvolvem por meio de metáforas, analogias, símbolos, slogans de modelo de escrita; e ainda se dá por meio da troca e combinação de conhecimento das pessoas via documentos, reuniões, conversas, redes sociais de comunicação e também a acontece pelo “aprender fazendo” da aplicação do conhecimento formal no trabalho, desenvolvido especialmente nas atividades de estágio operacional.

Diante dos resultados observados se pode inferir que a formação de oficiais no país promove a emancipação, conforme o conceito de Apple (2006) e Giroux (1997), uma vez que os currículos apresentam conteúdo capaz de munir os alunos oficiais com conhecimentos e habilidades imprescindíveis para aumentar a auto compreensão crítica e do que significa uma sociedade democrática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou como é composta a malha curricular dos cursos de formação de oficiais das Polícias Militares no Brasil. Especificamente, analisar as disciplinas que compõem os currículos de cada academia; mapear a composição curricular conforme as definições da Matriz da SENASP; e, diante disso analisar como a gestão do conhecimento pode contribuir para a formação do oficial policial militar.

Para tanto, o trabalho realizou levantamentos junto a instituições de ensino de todo o Brasil e quando não foi possível obter resposta das instituições, obteve-se informações das malhas junto a antigos alunos dos cursos de formação, que forneciam dados a respeito das malhas.

Com os levantamentos realizados, observamos que as instituições de formação de oficiais das polícias militares no Brasil vêm se preocupando em formar novos oficiais que atendam as expectativas da sociedade atual, preocupando-se em captar profissionais com uma formação acadêmica elevada (21 estados exigem graduação como requisito de ingresso para os cursos de formação de oficiais), e em deixar suas malhas curriculares adequadas e sempre atualizadas com as demandas sociais.

Nota-se que as a maioria das instituições são influenciadas pela Matriz Curricular Nacional da SENASP, e que seguindo este padrão, elas se atentam a disciplinas classificadas como funções, técnicas e procedimentos em Segurança Pública. Provavelmente o fato se dá devido a SENASP direcionar orçamentos para a área de ensino e para concorrer a instituição deve seguir tal documento, a Matriz.

Sendo assim, as instituições de ensino militar, preocupam-se bastante com uma formação voltada para a qualidade das atividades rotineiras dos futuros oficiais, elas não buscam formar só militares, elas buscam aprimorar habilidades de técnicas policiais em atividades ostensivas e administrativas. As matérias voltadas para essa área temática correspondem a 26,6% das malhas curriculares das instituições de formação de oficiais.

Importante expor também, que além da preocupação de formar policiais preparados para as demandas rotineiras, as instituições de ensino também se preocupam muito com a formação do conhecimento jurídico de seus futuros comandantes. As disciplinas jurídicas compõem 20% das malhas curriculares. Disso conclui-se que as instituições de ensino buscam formar oficiais com conhecimento

das legislações atinentes as atividades diárias, tanto no âmbito interno (Por exemplo, direito processual penal militar), quanto no âmbito externo (legislação de trânsito, por exemplo).

É relevante demonstrar que, apesar das maiorias das instituições de ensino ser influenciadas pela Matriz Curricular Nacional, depara-se com uma enorme diversificação dos tipos das disciplinas. Pode-se explicar esse fenômeno pelas peculiaridades regionais, pelo perfil do corpo docente da instituição (nível acadêmico de ingresso, por exemplo), bem como o tempo de formação.

O presente artigo além de visar mapear a disposição das disciplinas das malhas curriculares dos Cursos de Formação de Oficiais no Brasil, pretende auxiliar as instituições de ensino para que estas façam uma certa reflexão sobre sua malha curricular para que estejam sempre adequadas com as demandas em que a sociedade impõe ao serviço policial.

Estas reflexões das instituições de ensino que buscam a atualização dos currículos de ensino junto as demandas da sociedade, atende o que expõe a gestão de conhecimento aplicada ao poder público na prestação dos serviços no atendimento da sociedade. E, mesmo que informalmente, tais instituições fazem gestão do conhecimento na formação dos oficiais das Polícias Militares no país, conforme o conceito definido Nonaka e Takeuchi (1997). Além, de proporcionarem a “emancipação” do aluno oficial.

Sugere-se que as próximas pesquisas analisem se as instituições de ensino possuem um perfil profissiográfico exigido e como são esses perfis, bem como é interessante verificar se as disciplinas oferecidas pelas instituições de ensino se encaixam com o perfil profissiográfico esperado.

## REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Márcio Pereira. **O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz. et.al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, 2004, p. 119.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Org.). **Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil**. São Paulo: Urbania, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Org.). **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública /ministério da Justiça, 2014.

DIAS, Gilberto. **A gestão da produção de segurança pública e a formação do oficial policial militar: o caso da Polícia Militar De Santa Catarina**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina Centro Tecnológico, 2002.

GIROUX, Henry A. **A Escola Crítica e a Política Cultural**. 3.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992. \_\_\_\_\_. Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. \_\_\_\_\_. Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. \_\_\_\_\_. Pedagogia Radical: subsídios. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. \_\_\_\_\_. Teoria Crítica e Resistência em Educação: para além das teorias de reprodução. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 11. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. \_\_\_\_\_. Currículo: teoria e história. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. **Formação do oficial da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013. p. 55.

LIMA, Roberto Kant de. 2002. **Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas**. In: ZA VERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do Rosário N. (Orgs.) Políticas de segurança pública: a dimensão da formação e impactos sociais. Recife; Massagana; Escola de. Governo e Políticas públicas.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2010. \_\_\_\_\_. Teorias do Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Paola Bonanato. **O ensino policial militar na PMMG: dos primórdios à educação de nível superior**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete sistema educacional brasileiro. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível: <<http://www.educabrazil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>>. Acesso em: 25 de jul. 2018.

MOREIRA; SILVA, PACHECO, LOPES; PERES, TONET e os expoentes APPLE e GIROUX, HABERMAS, ARONOWITZ, teóricos da Escola de Frankfurt e também Paulo Freire, entre APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

\_\_\_\_\_. **Educação e Poder.** Porto, Portugal: Porto Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Currículo.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículos e Programas no Brasil.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2012. \_\_\_\_\_. A Crise da Teoria Curricular Crítica. In: COSTA, Marisa V. (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 11-36.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Tadeu Tomaz (org). **Sociologia e Teoria Crítica do Currículo:** In: MOREIRA, Antonio Flavio e SILVA, Tadeu Tomaz. Uma Introdução Currículo, Cultural e Sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NONAKA Ikujiro; TAKEUCHI Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa:** Como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

PACHECO, José Augusto. **Currículo: Teoria e Práxis.** Porto, Portugal: Porto Editora, 2001. \_\_\_\_\_. Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005. \_\_\_\_\_. Teoria Curricular Crítica: os dilemas (e contradições) dos educadores críticos. Revista Portuguesa de Educação. Universidade do Minho, Portugal, v. 14, n.1, p.p. 49-71, 2001.

PERES, Elisandra de S. **CURRÍCULO E EMANCIPAÇÃO:** uma articulação possível? 2015. Tese Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Doutorado em Educação  
<<http://gepoc.paginas.ufsc.br/files/2016/08/PERES-Elisandra-TESE.pdf/>>. Acesso em: 01 de ago.2018.

PONCIONI, Paula. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Universidade de Brasília, 2005.

RUDNICKI, Dani. **A formação social de oficiais da polícia militar:** análise do caso da academia da brigada militar do rio grande do sul. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SÁ, L. D. **Os filhos do Estado:** auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, 2002.

SALES, L; VILARINHO, T. **Padrões dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil.** Revista Do Instituto Brasileiro De Segurança Pública (RIBSP), 2018. Disponível em:  
<<http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/14/>>. Acesso em 20 de jul. de 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Inovação no ensino policial:** história e lições. - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017. Disponível em:  
<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8075/>>. Acesso em: 29 de jul. 2018.

SENASP. Sistema de Gestão da Educação e Valorização dos Profissionais de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional, 2014**. Disponível: <<https://educatio.senasp.gov.br/educatio/entrar/>>. Acesso em: 28 de jul. de 2018.

SILVA, Flaviane Aparecida da. **A motivação para as práticas de gestão do conhecimento na gestão de segurança pública**. Belo horizonte: FEAD – Centro de Gestão Empreendedora, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. – 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. \_\_\_\_\_. **O Currículo como Fetice: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SOUZA, Baltazar Donizete de. **O ensino policial e a formação de oficiais na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2003.

TONET, Ivo. **Atividades Educativas Emancipadoras**. v. 9, n.1, p.9-23, jan./jun. Ponta Grossa: Práxis Educativa, 2014 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> \_\_\_\_\_. **Educação numa encruzilhada**. Revista de Estudos da Educação. CED-UFAL, Maceió, n.19, p.p. 33-53, 2003. 379 \_\_\_\_\_. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Injuí, 2005. \_\_\_\_\_. **Método Científico**. Maceió: Mimeo, 2012.

WIIG, K. M. **Knowledge management in public administration**. Journal of Knowledge Management, v. 6, n. 3, p. 224-239, 2002.